

TROTSKISMO NO CAMPO EM PERNAMBUCO: O JEREMIAS DAS CAMINHADAS

José Felipe Rangel Gallindo¹

Resumo

O artigo em questão aborda as origens do trotskismo em Pernambuco no início dos anos 60, quando de sua atuação nas lutas dos trabalhadores rurais da cidade de Itambé e região. Para analisar esse período utilizarei como fio condutor a militância de um jovem operário gráfico da grande São Paulo, Paulo Roberto Pinto, conhecido como Jeremias, que, como dirigente nacional do Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR-T, foi deslocado para Pernambuco, a fim de implementar o chamado “plano operário para o Nordeste”. A sua atuação a frente dos trabalhadores rurais; suas críticas ao governo de Miguel Arraes e ao PCB; o seu assassinato em oito de agosto de 1963, a mando dos latifundiários da região, aos 22 anos, na “chacina do engenho Oriente”; além dos desdobramentos da presença dos trotskistas em Itambé, serão também examinados.

Palavras-chave: Trotskismo; trabalhadores rurais; violência.

Abstract

The article deals with the origins of Trotskyism in Pernambuco in the early 1960s, and its role in the struggles of rural workers in and around the town of Itambé. The vehicle of the analysis is a young, militant print worker from Greater São Paulo, Paulo Roberto Pinto, known as Jeremias. As a national leader of the Trotskyite Revolutionary Workers Party (POR-T), Pinto was transferred to Pernambuco to implement the “working plan for the Northeast”. The article examines Pinto’s activism with the rural workers, his criticism of the Miguel Arraes government and the PCB, his assassination by landowner gunmen at age 22 during the “massacre of Engenho Oriente” of August 8, 1963, as well as the unfolding presence of Trotskyites in Itambé.

Keywords: Trotskyism; rural workers; violence.

Introdução

Falar da presença do trotskismo em Pernambuco se insere em um processo de recuperação da memória de uma corrente revolucionária que foi pouco abordada pela produção historiográfica local.² Embora o trotskismo não tenha se tornado um partido de massas, no Brasil e no exterior, muitas de suas propostas se incorporaram ao ideário do movimento operário brasileiro e internacional, e a análise de sua atuação política na disputa de espaços nas lutas sociais servirá de contraponto a uma concepção até recentemente dominante de que a história das esquerdas no Brasil estava centrada no PCB, e, particularmente em Pernambuco, em algumas figuras emblemáticas como Miguel Arraes e a “Frente do Recife”, Gregório Bezerra e o já citado PCB, e Francisco Julião e as Ligas Camponesas.

Utilizo como referência teórica inicial o trabalho do historiador italiano Carlo Ginzburg, que no seu ensaio “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”, presente no seu livro *Mitos, Emblemas, Sinais*, propõe um método interpretativo centrado sobre os resíduos, ou seja, sobre os dados considerados marginais e/ou secundários, aparentemente sem importância, mas que possibilitam novos olhares a partir de

¹ Mestrando em História pela UFPE.

² As exceções são uma breve citação em ANDRADE, M. C. de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo. Editora Ática, 1986, p. 39, e uma análise das propostas trotskistas para a questão do campo, no período pré-golpe civil-militar de 1964, ABREU E LIMA, Maria do Socorro. *Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: ed. Universitária da UFPE/Oito de Março, 2005, pp. 50-53.

perspectivas não utilizadas anteriormente, ampliando assim a análise histórica sobre os mais diversos períodos a atores sociais.

Jacques Le Goff, no seu “História e Memória”, também nos remete a uma discussão pertinente sobre o porquê de certos “esquecimentos” na construção dos discursos historiográficos:

“tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.”³

Antes de iniciar a análise sobre as origens do trotskismo em Pernambuco, e de sua atuação política junto ao movimento dos trabalhadores rurais, faz-se necessária uma breve contextualização histórica e teórica do que ficou conhecido na história como sendo uma das correntes que se reivindicam no campo do Marxismo, isto é, o “trotskismo”, e sua recepção no Brasil.

O Trotskismo – história e teoria

O que se convencionou como trotskismo remete, obviamente, ao legado político do revolucionário marxista russo Leon Trotsky (1879-1940), um dos líderes da Revolução Soviética de outubro de 1917 (foi presidente do Soviet de Petrogrado – capital da revolução) ao lado da principal figura do Partido Bolchevique, Lênin (1870-1924). Trotsky comandou o exército vermelho durante o período da guerra civil entre 1918 e 1920, que garantiu a sobrevivência do jovem Estado Soviético. O termo “trotskismo” foi cunhado pelo grupo de Stálin a fim de anatematizar Trotsky e os seus partidários, após a morte de Lênin em 1924. Nesse período o partido comunista russo viveu uma intensa luta pela definição dos rumos da revolução, tanto internamente como internacionalmente. Essa disputa estava diretamente ligada a conquista do poder no partido e na III Internacional Comunista.⁴ Fundamentalmente, a principal oposição de perspectiva teórica entre Trotsky e seus seguidores e a corrente stalinista foi a polêmica entre a concepção de “Revolução Permanente” e a teoria de “Socialismo num só país”. Através da teoria da “Revolução Permanente”, Trotsky combatia as posições de Stálin e do grupo dirigente do Partido Bolchevique e também da III Internacional em processo de burocratização, em duas frentes: a primeira opunha-se frontalmente a afirmação de Stálin de que era possível construir o socialismo em nível nacional, pois a crescente internacionalização da economia capitalista, analisada por Marx e conceituada por Lenin como imperialismo, não permitiria a concretização do socialismo dentro das fronteiras de uma nação, o que só seria possível em escala global. Daí o caráter permanente da revolução, que não poderia se limitar a apenas um país; o segundo ponto, e que terá uma relação direta com as lutas políticas nos chamados “países atrasados” ou

³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

⁴ A história das Internacionais Comunistas começou em 1864, com a criação da Associação Internacional dos Trabalhadores, tendo entre seus líderes, Karl Marx e Friedrich Engels, sendo extinta, devido a repressão e a disputas internas em 1876. Em 1889 é fundada a Segunda Internacional, que passa por uma profunda crise quando da eclosão da 1ª Guerra Mundial, pois os grandes partidos da Europa ocidental apoiam os seus governos no conflito. Em 1919, refletindo a vitória da revolução bolchevique de outubro de 1917 na Rússia, e a onda revolucionária do pós-guerra, é criada a III Internacional, conhecida também como Komintern, sob a liderança de Lênin. Ela sofrerá as mesmas lutas que marcaram os anos 20 na União Soviética, até a ascensão ao poder de Stálin (1879-1953) e de seu grupo. Foi dissolvida em 1943 como um dos pontos do acordo de Stálin com os aliados durante a 2ª Guerra Mundial. Um pouco antes, em 1938, foi criada, pelos agrupamentos trotskistas representando 12 países, a IV Internacional, que após o assassinato de Trotsky em 1940 e o fim da 2ª Guerra Mundial, entra em crise, que se aprofunda nos anos 50, dividindo-se, a partir da década de 1960, em diversas tendências. Situação que se mantém ainda.

“semi-feudais”, tem a ver com a concepção de que os trabalhadores devem levar adiante suas lutas independentemente da burguesia, pois as experiências revolucionárias do século XIX na Europa (França em 1830 - Primavera dos Povos entre 1848/1849 – Comuna de Paris em 1871) e a Revolução Russa de 1905 (onde existia uma pequena e tímida burguesia nacional), haviam demonstrado o caráter contra-revolucionário da mesma. Como veremos mais adiante, a polêmica fundamental entre trotskistas do POR-T e o PCB, no início dos anos 60, se dará justamente em relação à questão da aliança de classes, defendida por este último.

Outro ponto fundamental da crítica trotskista ao stalinismo é a oposição a toda e qualquer forma de burocratização do partido e dos movimentos sociais, onde o espaço de livre discussão nos fóruns internos seja substituído por uma “lealdade” cega aos líderes “iluminados” do partido, o qual mantém sua unidade graças a proibição da existência de frações e de debates. No Brasil podemos lembrar o controle partidário que Luís Carlos Prestes exerceu sobre o PCB durante décadas. No decorrer do artigo, veremos que a tentativa dos trotskistas brasileiros de constituírem “conselhos camponeses” nos engenhos da mata norte pernambucana em 1963, está inserida na tradição trotskista de luta contra uma possível burocratização dos cargos sindicais.

O Trotskismo no Brasil – das origens ao Partido Operário Revolucionário Trotskista – POR-T

O Trotskismo aporta no Brasil tendo como elementos formadores um aprofundamento de críticas internas ao núcleo dirigente do PCB, que irá gerar uma oposição de esquerda e, no cenário político internacional, o acirramento do processo de conquista das principais instâncias partidárias do PC soviético pela fração stalinista onde acontece a expulsão das principais lideranças oposicionistas, sendo que Trotsky, entre 1925 e 1929, é expulso respectivamente do Bureau Político do partido, do Komintern, do Comitê Central do partido, do partido, e da União Soviética. Essa perseguição internacional aos oposicionistas nos PC's nacionais leva-os a organizarem, sob a liderança de Trotsky, uma corrente política internacional denominada de “Oposição de Esquerda”, que no Brasil, de 1929 a 1933, terá os seguintes nomes: Grupo Comunista Lenin (GCL) e Liga Comunista Internacionalista (LCI).⁵ A partir de 1933, com a ascensão de Hitler e do Partido Nazista ao poder na Alemanha, a orientação internacional do trotskismo passa por uma reformulação, tendo sido caracterizada a “falência” da III Internacional sob o controle de Stalin, e a necessidade de se construírem novos partidos marxista-leninistas em todo mundo, além de uma nova Internacional Comunista, a IV^a, o que ocorrerá em 1938, às vésperas da 2^a Guerra Mundial.

No Brasil, dentro dessa nova orientação internacional, os trotskistas fundam, em outubro de 1933, a Liga Comunista Internacionalista (LCI), que existirá até 1937, quando, após a feroz repressão desencadeada pelo governo varguista depois do levante armado de 1935, organizado pelo PCB, e da discordância de setores deste partido no Rio de Janeiro, sobre a aventura militarista, é criado o Partido Operário Leninista (POL), que existirá de 1937 até 1939, quando ocorre a fusão deste partido com um grupo de dissidentes do PCB carioca, o que origina o Partido Socialista Revolucionário

⁵ A principal figura desta “1^a geração” do trotskismo no Brasil foi o pernambucano de Timbaúba, radicado em São Paulo, Mário Pedrosa, que depois se notabilizará como um dos maiores críticos de arte do século XX no Brasil e no mundo, ainda sendo o primeiro signatário da ata de fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980.

(PSR). Em 1940, já em plena 2ª Guerra Mundial, uma cisão marca o que pode ser caracterizado como o fim da “1ª geração trotskista” brasileira. Mário Pedrosa e seus companheiros discordam da análise de Trotsky e da IV Internacional sobre o caráter da União Soviética, ou seja, de que ela era um “Estado Operário degenerado”, enquanto para Mário Pedrosa a União Soviética seria um “Estado Livre burocratizado”, sem nenhum compromisso com seus cidadãos. A caracterização de Trotsky refletia em sua defesa incondicional da União Soviética em caso de ataque nazista, do que discordava Mário Pedrosa. O PSR atravessa o fim do Estado Novo varguista e a redemocratização relativa entre 1945 e 1947, até que se auto-dissolve entre 1951 e 1952, fechando assim o ciclo da chamada “2ª geração” do trotskismo nacional.

A “3ª geração” do trotskismo no Brasil inicia-se com a criação, em 1952, do Partido Operário Revolucionário (POR), sendo também conhecido como POR-T. O seu periódico oficial era o jornal *Frente Operária*, sendo que ambos existiram até 1990. Sua referência internacional era o argentino J. Posadas (1912-1981), que, em 1951, foi eleito, no III Congresso da IV Internacional, secretário do Bureau Latino-Americano (BLA), ou seja, o responsável pela organização do trotskismo em nível continental, objetivando a criação de partidos trotskistas nos diversos países da América Latina. Sua análise da conjuntura internacional enfatizava a primazia, naquele período, da revolução socialista nos países do terceiro-mundo, certamente influenciado pelo processo de descolonização afro-asiático do pós-guerra e pela Revolução Cubana, em que os trotskistas de orientação posadista chegaram a participar no começo do governo de Fidel Castro. Inicialmente, na década de 1950, o POR-T limitou suas atividades nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Nos anos 60, seu espaço de atuação foi ampliado, chegando ao Rio Grande do Sul e a três estados do nordeste: Paraíba, Ceará e Pernambuco.

E é justamente em Pernambuco que o POR-T irá colocar em prática a política da “aliança operário-camponesa” no início dos anos 60, intervindo diretamente na organização dos trabalhadores rurais, em um período marcado pela forte tensão ideológica e pela violência dos latifundiários e de suas milícias particulares. Esse é o ponto que veremos a seguir.

O Trotskismo no campo – o caso Jeremias

A conjuntura que se apresentava no Brasil e no mundo do começo dos anos 60 era particularmente tensa. O cenário internacional vivia uma fase “quente” da Guerra Fria, com o conflito no Vietnã, a vitória da Revolução Cubana que levou a fracassada tentativa da agência norte-americana de inteligência (CIA) de invadi-la utilizando refugiados cubanos no episódio que ficou conhecido como o desembarque na Baía dos Porcos, e a famosa “crise dos mísseis”, em 1962.⁶ Em agosto de 1961, com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, a posse do seu vice, João Goulart, o Jango, herdeiro

⁶ Apesar da guerra do Vietnã ter começado em 1959, o seu desenvolvimento nos anos 60 marcou toda uma geração de militantes da esquerda na luta contra o que caracterizavam de “imperialismo ianque”. A revolução socialista em Cuba marca um novo relacionamento dos EUA com a América Latina: “esquecida” desde a 2ª Guerra Mundial, passa a ser de novo objeto do interesse norte-americano com a criação, em 1961, de um programa de ajuda econômica e técnica chamado de “Aliança para o Progresso”. Marca, igualmente, um novo marco de referência estratégica para diversas organizações revolucionárias que irão optar pela guerrilha rural em muitos países do terceiro mundo. Em outubro de 1962, o serviço de espionagem dos EUA identificou a existência de cerca de 40 silos para abrigarem mísseis nucleares em Cuba. Durante 13 dias o mundo ficou em suspense diante da possibilidade de um conflito nuclear que não aconteceu, pois a URSS não insistiu em continuar com o projeto de instalar uma base nuclear em Cuba, que já estava sofrendo o bloqueio aéreo e marítimo por parte das forças armadas norte-americanas.

político de Getúlio Vargas e figura maior do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que durante o último governo Vargas fora ministro do Trabalho e, assim, construíra uma forte presença nos movimentos sindicais, levou a um impasse, pois os ministros militares e setores da sociedade civil não o aceitavam como presidente. Nesse período, o principal foco de resistência ao impedimento da posse foi o estado do Rio Grande do Sul, onde o então governador Leonel Brizola criou a “cadeia da legalidade”, uma cadeia de cerca de cem emissoras de rádio que exortavam a população a favor da posse de Jango. Empossado graças a um acordo político que resultou em uma emenda parlamentarista aprovada às pressas no congresso nacional, o governo de João Goulart foi marcado por um processo crescente de tensões sociais e acirramento ideológico, principalmente após a realização de um plebiscito no qual a maioria do eleitorado brasileiro optou pela volta do regime presidencialista, em janeiro de 1963.

Esse processo de crescente radicalização política até a deflagração do golpe civil-militar de 1º de abril de 1964 teve, na questão do campo, um dos seus elementos mais destacados. A inserção dos trabalhadores rurais, (e aqui utilizo o conceito de Manoel Correia de Andrade para definir os trabalhadores rurais como sendo “*aqueles que já foram expropriados da terra e dos utensílios de trabalho, que seriam os assalariados*”, em oposição ao termo camponês, que representa, em sentido estrito, “*aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção*”)⁷, na legislação trabalhista do período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) estava presente “*apenas de maneira parcial e teórica*”.⁸ As lutas pela plena efetivação desses direitos se multiplicam devido a um aumento da presença do capitalismo no campo, como nos fala Manoel Correia de Andrade: “*O grande aliado do movimento sindical, porém, foi a expansão do capitalismo no campo, intensificando o processo de expropriação de camponeses e fazendo crescer o número de assalariados agrícolas*”,⁹ e também a partir do governo Jango, quando o número de sindicatos rurais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho teve um aumento substancial.¹⁰ Outro fator que aprofundou as tensões sociais, particularmente na zona canavieira, e que reflete a influência das questões internacionais no âmbito nacional e regional foi, conforme já citado anteriormente, a Revolução Cubana. O processo de “esquerdização” desta, e o seu alinhamento com a União Soviética e o bloco socialista, foi encarado pelos EUA como um perigo para o mundo ocidental, sendo respondido com o bloqueio econômico a Cuba, o que levou os EUA a comprarem o açúcar produzido no nordeste brasileiro, gerando assim, uma “fome de terras”, para que fosse ampliada a área de plantação de cana-de-açúcar, diminuindo o espaço para culturas de subsistência, gerando, assim, fome, e ocasionando um processo de expulsão das populações rurais e sua

⁷ ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Editora Ática, 1986, p. 6.

⁸ DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho*. Recife: Editora Universitária - UFPE, 2007, p. 93. A autora faz um levantamento da legislação trabalhista produzida na Era Vargas destacando os seguintes pontos que poderiam ser estendidos aos trabalhadores rurais: salário mínimo, a Justiça do Trabalho, a CLT, o abono familiar e a legislação sobre os acidentes de trabalho.

⁹ CORREIA, Manoel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. Op. cit., p. 31.

¹⁰ Em 1955, só cinco sindicatos de trabalhadores rurais eram reconhecidos em todo Brasil. Essa realidade começou a mudar a partir de 1º de maio de 1962, quando o ministro do Trabalho Franco Montoro outorga, após décadas de obstáculos, diversas cartas sindicais. Para se ter uma idéia do crescimento do movimento dos trabalhadores rurais em Pernambuco, entre 1962 e 1964 (até março, antes do golpe civil-militar), foram fundados 64 sindicatos rurais. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2005, p. 47.

proletarização nos centros urbanos.¹¹ Em dois de março de 1963 foi sancionada a Lei Federal nº 4.214, mais conhecida como o Estatuto do Trabalhador Rural, que reconhecia aos trabalhadores rurais os direitos trabalhistas já garantidos aos trabalhadores urbanos pela CLT, tais como:

“direito à posse de carteira profissional de trabalhador rural, que o identificava e servia para o registro dos contratos de trabalho; regularização da jornada de trabalho; reconhecimento do direito ao salário mínimo; repouso semanal remunerado; férias anuais remuneradas; indenização por tempo de serviço, quando ocorresse de missão sem justa causa; aviso prévio em caso de demissão; estabilidade no emprego após dez anos de serviço; direito à sindicalização e, para as mulheres, o direito a doze semanas de licença remunerada por ocasião do parto.”¹²

Pela extensão dos direitos assegurados por força de lei, percebe-se que a condição anterior dos trabalhadores rurais era a de verdadeiros párias da sociedade. Entretanto, a existência da lei não garantia a sua plena execução pelos latifundiários. Outras leis que contemplavam alguns direitos dos trabalhadores rurais existiram anteriormente e não foram aplicadas. O ano de 1963 pode ser considerado um marco no ascenso das lutas no campo, como podemos perceber no seguinte trecho:

“já em 1963, a situação foi bem diferente. A Delegacia Regional do Trabalho registrou um total de 44 greves, mas sem incluir as pequenas e médias paralisações ocorridas no campo, particularmente em engenhos, segundo afirmação do próprio delegado do trabalho, Enoch Saraiva.”¹³

É nesse momento de intensa mobilização nacional dos trabalhadores rurais organizados em sindicatos e de camponeses nas famosas Ligas Camponesas que se abre um espaço político inédito na história do Brasil. Neste contexto o POR-T (Partido Operário Revolucionário – Trotskista) irá marcar uma breve presença na conflituosa situação do campo pernambucano na cidade de Itambé, na mata norte, com a figura de um jovem militante trotskista, Paulo Roberto Pinto (1940-1963), conhecido como Jeremias, assassinado na “chacina do engenho Oriente” em agosto de 1963, e posteriormente, na efêmera militância de alguns membros do partido trotskista, na tentativa de continuarem a atuação político-organizativa junto ao sindicato rural, até sua prisão pela polícia estadual em outubro de 1963.

Sobre as origens de Jeremias temos este trecho de uma breve biografia:

“(...) Paulo Roberto Pinto (Jeremias), (...) era mineiro, filho de Sebastião Pinto Santana e Florença Pinto. O pai seria proprietário de uma gráfica em Mogi das Cruzes, onde, provavelmente, Jeremias começou a trabalhar cedo, pois sabemos que sua primeira profissão foi a de operário gráfico, tendo participado da Associação dos Operários Gráficos de Mogi das Cruzes.”¹⁴

O jornal “Frente Operária”, em uma edição especial quando da morte de Jeremias, publicou uma coluna intitulada “Paulo Roberto Pinto: dirigente trotskista”, da qual reproduzimos alguns extratos:

“Paulo Roberto Pinto nasceu a 22 de setembro de 1940... Desde cedo iniciou sua militância revolucionária. Já aos 16 anos fazia parte integrante da luta operária em Mogi das Cruzes e em toda zona da central onde residiu e militou até sua ida para Recife. Foi operário gráfico, tendo

¹¹ BACELAR, Tânia. “Contexto do Nordeste do início dos anos 1960, a Sudene e a Escola de Engenharia da UFPE”. In: ZAIDAN, Michel & MACHADO, Otávio Luiz (organizadores). *Movimento estudantil brasileiro e a educação superior*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2007, p. 35.

¹² CORREIA, Manoel Correia de. *Lutas Camponesas no Nordeste*. Op. cit., pp. 34-35.

¹³ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Op. cit., pp. 59-60.

¹⁴ LEAL, Murilo. “Sidney, Olavo e Jeremias”. In: *Desarquivando a ditadura – Memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2009, p. 27.

criado e dirigido a Associação dos Operários Gráficos de Mogi das Cruzes, tendo dirigido as lutas mais importantes deste setor inclusive a greve geral de 1962. Além de sua atuação como operário gráfico ainda trabalhou e participou das lutas dos operários metalúrgicos (Mineração Geral do Brasil de Mogi das Cruzes) químicos e Papel e Papelão. Nesta atividade destacou-se durante a histórica greve da IBAR, de Calmon Viana, que ajudou a organizar e dirigir. Também desta época destaca-se a propaganda revolucionária que realizou junto aos operários da Mineração Geral do Brasil em Mogi das Cruzes tendo sido inclusive preso nessa ocasião.”¹⁵

Podemos perceber que, apesar de ser bastante jovem (Jeremias foi assassinado quando tinha 22 anos e 11 meses), já possuía uma intensa experiência no movimento operário, que o teria levado, em 1961, a ter sido eleito para o Comitê Central da POR-T e, depois, para o seu Bureau Político. Também deve ser levado em consideração que uma organização pequena como o POR-T, devido à escassez de quadros, permitia a ascensão de jovens militantes a postos de direção, algo incomum num partido mais antigo e estruturado como o PCB, que já tinha sua direção cristalizada na “velha guarda”. Em novembro de 1961, Jeremias participou do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Rurais em Belo Horizonte, convocado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), criada em 1957, e presidida pelo comunista Lindolfo Silva. Esse encontro histórico, que reuniu cerca de “1600 delegados de 20 estados brasileiros. Além dos delegados, camponeses e trabalhadores rurais, mais 2000 pessoas participaram do encontro (...)”¹⁶ opôs duas concepções distintas de atuação na questão do campo: a primeira defendida pelo PCB e pelo governo João Goulart (que participou do encerramento do encontro ao lado da maioria do seu ministério), que preconizava uma reforma agrária dentro dos limites da lei e com indenização prévia aos donos das terras, além de uma sindicalização em massa dos trabalhadores rurais; e do outro lado os representantes das Ligas Camponesas, liderados por Francisco Julião, que defendiam a palavra de ordem que se tornou clássica, “Reforma Agrária na Lei ou na Marra”, a qual abria espaço para um processo de radicalização que ultrapassasse os limites da propriedade privada. Esse evento é que marcou o contato de Jeremias e dos trotskistas com um militante das Ligas Camponesas, muito próximo de Francisco Julião, e que atuava em Itambé (então denominada Também), chamado Joel Câmara, que possibilitou a ida de Jeremias para esse município, para, inicialmente ao lado dele,¹⁷ participar da organização dos trabalhadores rurais da região. Mas deixemos Joel Câmara narrar o encontro com Jeremias em Belo Horizonte:

“quando as bombas começaram a estourar no momento em que Julião ia fazer o discurso de abertura do I Congresso Nacional dos Camponeses pela Reforma Agrária, no auditório do Colégio Metodista de Belo Horizonte, em novembro de 1963, alguns comunistas apontaram como responsáveis por aquele ato terrorista um grupo de jovens sentados, em uma das primeiras filas de cadeiras. Eu tinha criado um grupo especial de camponeses para manter a ordem e segurança ali, razão porque chamei aquele que parecia, segundo os comunistas, ser o ‘Chefe dos Terroristas’. Este era Jeremias, que se identificou como sendo membro do Partido Operário Revolucionário, ramo Posadista da IV Internacional, que de fato não tinha nada a ver com os atos praticados naquele local. Depois disso Jeremias... procurou-me para ajudar-me nas Ligas Camponesas na região de Itambé (...)”.¹⁸

¹⁵ “Paulo Roberto Pinto: dirigente trotskista”. *Frente Operária*, São Paulo, Agosto, 1963, nº 101, capa.

¹⁶ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: editora Paz e Terra, 2004, p. 229.

¹⁷ Joel Câmara foi preso em janeiro de 1963, ainda no governo de Cid Sampaio, sendo liberado poucos dias depois, para, logo em seguida, ser seqüestrado no município paraibano de Pedras de Fogo, pela polícia militar pernambucana, e trazido para a delegacia de Itambé, gerando protestos dos órgãos policiais da Paraíba.

¹⁸ CAMARA, Joel. *Pernambuco – 1963 – um ano de desgoverno*. Recife: Editora Especial, 2008, p. 41.

Quando Jeremias chega a Pernambuco, em meados de 1962, fica ainda um tempo no Recife, dividindo um apartamento com outros dois militantes do POR-T, Pedro Makovsky e Fábio Munhoz, também vindos de São Paulo. Sobre a presença de Paulo Roberto Pinto em Pernambuco, particularmente em Itambé, temos um extrato do depoimento concedido por Francisco Julião à pesquisadora Eliane Moury Fernandes, da Fundação Joaquim Nabuco, no qual ele assim falou:

“depois chegou aqui o movimento trotskista, que mandou alguns representantes do Sul, um deles vítima de assassinato numa emboscada em També. Tinha o apelido de Jeremias, e teve papel destacado, mas muito sectário. Eu tratava de convencê-lo de que estava numa região perigosa, fronteira, entre Paraíba e Pernambuco. Quando se matava alguém em Pernambuco se escapava para a Paraíba, havia uma espécie de sindicato da morte, uma aliança natural entre os grandes senhores de engenho e grandes proprietários, onde a massa camponesa não estava ainda sensibilizada, organizada e representava ainda muito pouco.”¹⁹

Em Itambé, Jeremias fica inicialmente na casa de Joel Câmara, e depois, até sua morte, mora com um camponês de nome Miguel e família, no distrito de Serrinha, onde ficava a sub-sede do sindicato de trabalhadores rurais, e que era a base para o seu trabalho político.

O espaço aberto com a organização dos trabalhadores rurais em Pernambuco, desde a fundação da primeira Liga Camponesa,²⁰ em Vitória de Santo Antão, em 1955, até a criação de diversos sindicatos rurais nos primeiros anos da década de 60, estava sendo disputado por diversas forças políticas, nem todas de esquerda.

O PCB, desde a “Declaração sobre a política do PCB” de março de 1958, havia abandonado o caminho insurrecional, adotando uma linha de “revolução pacífica” e por etapas, rumo a consolidação do capitalismo no Brasil, enterrando o que seriam os resquícios “semi-feudais”. Postura decorrente da nova orientação soviética pós-Stálin via era Krushev, que preconizava a “convivência pacífica” com o capitalismo internacional. Para tanto, seria fundamental a aliança com os setores “progressistas” da burguesia nacional, a fim de realizar a chamada “revolução democrática-nacional”. Em Pernambuco, a expressão dessa política foi a criação da “Frente do Recife”, uma coligação partidária que existiu entre 1955 até 1964, para os embates eleitorais, e que tinha como principais partidos o PCB, o PTB e o PSB. Desse processo emergiu como principal liderança a figura de Miguel Arraes, que durante sua breve passagem a frente do governo estadual, 1963/1964 (março), alcançou destaque nacional como expoente da esquerda, e possível candidato a presidente da república nas eleições de 1965, que, como sabemos, não ocorreu devido ao golpe civil-militar de 1964. O PCB, nesse período, intensificou sua atuação nos sindicatos rurais, estimulando a sindicalização destes trabalhadores. E também estava presente na Secretaria Assistente do governo Arraes, que atuava nas questões do campo.

Também setores da igreja católica atuavam no campo através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), que “*criado (...) em 1961, tinha por objetivo a organização dos trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, buscando diminuir a influência do PCB e das Ligas no campo (...)*”²¹ e também por

¹⁹ Depoimento de Francisco Julião no acervo do CEHIBRA da Fundação Joaquim Nabuco.

²⁰ Na verdade, as primeiras Ligas Camponesas datam do breve período de legalidade do PCB, entre 1945 e 1947, quando foram organizadas cerca de cem Ligas na zona da mata e na região metropolitana, impulsionadas por militantes comunistas.

²¹ ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural – Lutas, Partidos, Projetos*. Op. cit., pp. 42-43.

organizações formadas por leigos católicos, como a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

As Ligas Camponesas tiveram um curto período de expansão entre 1960 e 1964. Segundo Clodomir de Moraes, um dos seus líderes:

“o movimento das Ligas Camponesas penetrou organizado nos seguintes Estados brasileiros: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Rio de Janeiro, Guanabara (extinto), Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Acre e no próprio Distrito federal (Brasília) (...).”²²

Ainda segundo este autor, o ano de 1963 viu as Ligas Camponesas debatendo-se numa profunda crise interna que, para ele, era devido a posição contrária de Francisco Julião em relação ao plebiscito que aboliu o parlamentarismo no Brasil, devolvendo os plenos poderes presidenciais a Jango. Tal postura, para Clodomir, teria levado o movimento das Ligas a um isolamento político em relação às demais forças da esquerda. Entretanto, deve-se somar a isso a criação de um setor militar nas Ligas, o Movimento Revolucionário Tiradentes – (MRT), que, adotando a concepção “foquista”²³ de Revolução Cubana, chegou a instalar alguns campos de treinamento guerrilheiro em Goiás em 1962, que posteriormente foram reprimidos pelo exército. Entretanto é válido notar que as Ligas Camponesas, apesar da crise por que passaram e do crescimento do sindicalismo rural, continuam a crescer e a se organizar nacionalmente, tendo, inclusive, sido criada, em outubro de 1963, em Recife, “as Ligas Camponesas do Brasil”²⁴. Ainda segundo Clodomir Moraes, o ápice das Ligas Camponesas ocorreu nos três primeiros meses de 1964, quando foi criada a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco, congregando 40 Ligas. E nacionalmente, o número de membros das Ligas camponesas chegaria a 70 ou 80 mil pessoas.²⁵

É neste contexto em que se multiplicavam as ações políticas e organizativas dos trabalhadores rurais, e onde se disputavam os espaços abertos no campo pelos partidos e movimentos sociais, que o POR-T irá apresentar o seu “Plano Operário para o Nordeste”, na edição do seu jornal “Frente Operária”, de dezembro de 1961. Este plano norteará as práticas desenvolvidas por Jeremias e, posteriormente, por seus companheiros em Itambé. Certamente o termo “operário” no programa para o movimento rural nordestino refere-se, em primeiro lugar, à concepção tradicional do marxismo-leninismo de “aliança operário-camponesa”, dentro da visão de que o operariado seria a vanguarda desse processo; em segundo lugar, esse termo “operário” nos remete a uma condição de trabalhador assalariado, que o POR-T muito provavelmente identificaria, com correção, nos trabalhadores rurais. Mas vejamos alguns dos pontos desse plano:

²² MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969”. In: *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006, p. 65.

²³ Essa estratégia revolucionária, colocada em prática na Revolução Cubana e defendida por Che Guevara como uma estratégia global na luta contra o imperialismo norte-americano, foi teorizada por um jovem intelectual francês, Régis Debray, no seu “Revolução na Revolução”, onde a concepção leninista de vanguarda política, presente na estrutura do Partido Bolchevique russo, é substituída por uma vanguarda militar, que, composta por um reduzido grupo de guerrilheiros, iniciaria suas ações num pequeno foco, que gradualmente iria ampliado o seu campo de ação, até a derrubada do sistema capitalismo e do regime opressor.

²⁴ MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas do Brasil – 1969”. In: *A Questão Agrária no Brasil – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. Op. cit., p. 62.

²⁵ Idem, p. 67.

“ocupação de terras; expropriação, sem indenização, de todos os latifúndios; trabalho coletivo nas grandes fazendas dirigidas por conselhos de camponeses; plano de irrigação; plano de diversificação das culturas; construção de estradas; planificação dos recursos nacionais dando prioridade ao Nordeste e outras regiões pobres; plano intensivo de instalação de indústrias destinadas à elaboração de maquinarias e utensílios agrícolas; pedido de ajuda à URSS e Estados Operários (agrônomos, engenheiros, instalação de barragens, de indústrias etc.); e plano de moradias para os camponeses e de serviços sociais.”²⁶

Diferente das propostas legalistas que embasavam as políticas oficiais, os trotskistas propunham a ocupação de terras sem indenização aos latifundiários, quebrando a lógica capitalista da propriedade privada. Entretanto para isso, o nível de organização e de consciência política do movimento rural deveria estar em um patamar muito acima do existente no período. O ponto de partida de tal programa foi o início da criação dos “Conselhos de Camponeses” em Itambé, estimulados por Jeremias. Tal política, que procurava evitar que as direções dos sindicatos, muitas vezes cooptadas pelos latifundiários, e, particularmente os delegados sindicais, que se desligavam da produção e recebiam um salário maior do que a média dos trabalhadores rurais, fossem corrompidas e se tornassem “pelegas”.²⁷ Esses Conselhos de Camponeses foram inspirados nas “comissões de fábrica” que Jeremias participou quando de sua militância no movimento operário em São Paulo.²⁸ Segundo o relato de um militante do POR-T que foi deslocado para Itambé para continuar o trabalho do partido:

“Jeremias aplicou métodos de luta revolucionários e mudou toda a concepção da organização sindical onde atuou. Não só impediu a formação de uma burocracia na região, como deu ao sindicato um caráter revolucionário. Desse modo, no lugar dos delegados sindicais, ele organizava Conselhos Camponeses, eleitos diretamente pelos trabalhadores. Os integrantes desses conselhos não tinham salários especiais nem se afastavam da produção, e eram proporcionais a quantidade de camponeses de cada engenho.”²⁹

Tal concepção tem por referência programática o texto fundador da IV Internacional, o “Programa de Transição” de 1938, escrito por Trotsky. Neste texto o velho revolucionário russo defende a criação de “comitês de fábrica” e de “comitês de pequenos lavradores” como uma forma de organização autônoma dos trabalhadores, que criaria, no decorrer do processo político, uma “dualidade” de poder, gerando assim, uma possível situação pré-revolucionária. Podemos então ver que esses elementos programáticos foram adaptados pelo POR-T e por Jeremias no contexto de Itambé. Jeremias empregava uma tática na organização das greves em Itambé de tal forma que nunca todos os engenhos do município entraram em greve ao mesmo tempo. As greves eram parciais, de um a, no máximo, cinco engenhos, pois dessa forma, os grevistas e suas famílias poderiam receber a solidariedade material dos outros trabalhadores rurais em atividade. Segundo Ayberê Ferreira, que foi um dos militantes deslocados para Itambé após a “chacina do engenho Oriente”, a atuação de Jeremias despertava o ódio

²⁶ LEAL, Murilo. *A Esquerda da Esquerda – trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. Op. cit. p. 231.

²⁷ Obviamente nem todos delegados sindicais se tornavam pelegos (termo que tem sua origem em uma pele que era usada como proteção sobre o dorso do cavalo, a fim de evitar o atrito entre este e o seu montador – transpondo para o jargão sindical, significa aquele dirigente que evita o “atrito” ou a radicalização na luta de classes, apostando numa conciliação que, via de regra, beneficia o patronato). Existem relatos de delegados sindicais no período que foram perseguidos e mesmo assassinados pelos latifundiários.

²⁸ A criação de comitês de fábrica era um dos pontos propostos por Trotsky no seu *Programa de Transição*, manifesto do ideário trotskista e que foi aprovado pelos delegados do Congresso de fundação da IVª Internacional em Paris, em 1938, como seu programa.

²⁹ SÁ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007, p. 43.

dos poderosos da região: “(...) os latifundiários sentiam na própria pele a atuação de Jeremias, pois ele não perdera uma greve de todas as que decretara a não ser aquela na qual foi miseravelmente assassinado pelos donos de terra.”³⁰

Ainda segundo Carlos Montarroyos que, como Ayberê, foi para Itambé, atuar junto aos trabalhadores rurais:

“o pavor começou a tomar conta dos donos de engenho. Começaram a investigar quem era esse Jeremias e a quem estava ligado... Várias vezes, os donos de engenho tentaram uma aproximação com Jeremias, que jamais aceitou dialogar, sem a presença e o testemunho dos camponeses. Ao se inteirarem que era trotskista, e que estava ligado a uma organização internacional, levaram o fato à Secretaria de Segurança Pública.”³¹

Esta questão também é tratada pelo então titular da Delegacia Auxiliar durante o governo Arraes, o delegado Francisco Souto, cujo depoimento está presente no acervo da Fundação Joaquim Nabuco:

“(...) eu vou aproveitar para evocar alguns episódios que acho os mais dolorosos de nossa experiência, como Delegado Auxiliar, no governo de Miguel Arraes. Sem dúvida, o mais triste, o mais lamentável de todos, foi a morte do estudante paulista Paulo Roberto Pinto. Veio aqui para Recife, trazido por elementos trotskistas, que, também a partir de um certo momento, atuaram principalmente no campo. Quando surgiram, quantitativamente eram muito insignificantes, mas de uma atuação muito perturbadora. Nós tivemos notícia da atuação de um grupo aqui perto de Goiana, se não me engano no município de Condado, e nos propusemos a tomar uma providência, porque foi uma comissão, liderada por deputados e proprietários, pedir providências à Secretaria. Como acontecia na maioria dos casos em que se recebia denúncia desse tipo, na verdade, nenhum acontecimento concreto de maior gravidade, nenhuma invasão como eles haviam propalado, mas uma atuação marcante de sindicatos, de Ligas Camponesas e, nesse município, a atuação desse grupo tendo como bandeira o pagamento do 13º salário. Isso era uma das metas que nós nos propusemos a fazer o possível para que fosse realmente atendida, porque tinha sido criada a lei do 13º salário e havia uma resistência muito grande para o pagamento. Qualquer movimento em que os camponeses exigiam o pagamento do 13º era tido como agitação. Então a atuação desse grupo se resume ao pagamento do 13º e algumas diferenças salariais. Recebemos a denúncia e conseguimos localizar esse grupo, atuando em plena feira, na base da união das forças dos estudantes, operários e camponeses, com slogans muito ingênuos para o público ao qual eles se dirigiam, mas que, quando se deslocavam para as propriedades, criavam um clima realmente de pavor para os proprietários, que pensavam que o pessoal ia para lá destruir, ou com intenção de provocar violência.”

Sobre a prisão de Jeremias, prossegue Francisco Souto:

“Nós trouxemos aqui para o Recife, o Jeremias, que era o líder do movimento, e mantivemos durante três dias, esse rapaz na Secretaria de Segurança. Eu conversava com ele, duas ou três vezes por dia. Não ficou atrás das grades. Rapaz de boa presença, falava corretamente, mas não revelava, absolutamente, qual era a liderança que representava: se era o PC, se era o Julião, de onde ele vinha. Então, nós chegamos a conclusão, no primeiro momento, que era um elemento pago pela direita, pelos elementos interessados em criar aquela imagem negativa do governo de Arraes, para perturbar. Quando tentamos convencê-lo dessa nossa impressão, reagiu com muito vigor e invocou o testemunho de um advogado que atuava no campo, tinha sido meu colega de turma na faculdade, Joaquim Ferreira, como sendo o elemento que podia afiançar que a origem dele não era absolutamente aquela que eu estava afirmando, que ele estava sendo pago para criar aquela situação. Então foi quando se revelou que realmente era um elemento trotskista.”³²

Como podemos constatar, a prisão de Jeremias por um governo de “Frente Popular”, como era o arco de alianças políticas que elegeram Arraes e lhe davam

³⁰ SÀ, Ayberê Ferreira de. *Das Ligas Camponesas à Anistia – memórias de um militante trotskista*. Op. cit., p. 45.

³¹ MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora Ltda, 1982, p. 11.

³² Depoimento de Francisco Souto. Acervo – FUNDAJ.

sustentabilidade política, englobando desde o PCB até o seu conservador vice-governador Paulo Guerra do PSD, foi resultado da pressão exercida pelos latifundiários da região da Mata Norte e de seus representantes na Assembléia Legislativa. Pressão essa que surtiu efeito, pois foi descoberto em qual agrupamento político Jeremias militava. Se não ficou “atrás das grades” como diz textualmente o então titular da Delegacia Auxiliar, Francisco Souto, Jeremias além de estar detido a pedido dos latifundiários sofreu, no mínimo, assédio moral, quando não, uma forma de tortura psicológica, ao ser acusado repetidamente de ser uma infiltração paga pela direita, no movimento dos trabalhadores rurais de Itambé, a fim de desestabilizar a administração Arraes. Jeremias na sua última carta ao partido, refere-se às acusações recebidas: “*Outra coisa para qual devemos estar atentos é a repressão aos dirigentes que levam adiante ações independentes, sob acusação de provocadores, agentes do ponto IV, dos golpistas etc.*”³³

No relato de um militante do POR-T daquele período, Cláudio Cavalcanti, que será deslocado para Itambé após o assassinato de Jeremias, quando a direção nacional do partido, em São Paulo, soube de sua prisão pelo governo Arraes, ficou convicta de que seus dias estavam contados, pois a partir de então, os latifundiários estavam livres para cumprirem suas ameaças.

“O Burô Político do POR-T interpretou a prisão como uma espécie de “sinal verde” do governo aos latifundiários. Jeremias comentou a prisão em uma carta ao Burô Político. Dizia nessa carta que foi tratado com cortesia, mas o BP tirou uma conclusão oposta: a de que ele estava marcado para morrer.”³⁴

Jeremias, na referida carta, continua comentando sobre sua prisão (e sobre o material político apreendido em sua pasta) bem como sobre os desdobramentos:

“os proprietários daí fizeram uma festa quando me detiveram, pensando que aconteceria o mesmo que aconteceu com o Joel Câmara, como isso [o prolongamento da detenção] não aconteceu, os camponeses se viram mais fortalecidos.”

“na minha dedução, ficou claro o problema de nossa política, através do jornal e outros documentos que havia na pasta. Dois dias depois correu para lá [Itambé], um assistente do governo, para discutir com os proprietários as reivindicações, tentando evitar ações mais graves.”³⁵

Como podemos ver pelos relatos de antigos militantes e do próprio Jeremias, a prisão deste durante o governo Arraes foi caracterizada pelo POR-T, e pelo próprio, como uma prisão política. Jeremias, na referida carta, analisa que o governo Arraes está envolto em contradições, pois se não reprime as lutas sociais do campo, teme que elas avancem os limites da legalidade:

“Arraes está desesperado. Corre a todo canto para que os camponeses não façam nada. Somente greve. É obrigado a reafirmar que a polícia no seu governo jamais intervirá, ele sabe que isto anima os camponeses a intervir cada vez mais, mas não tem outro jeito.”³⁶

As ameaças a Jeremias se intensificaram. Segundo Montarroyos, homens a cavalo passavam durante a madrugada em volta da casa onde ele morava.

Foi numa tarde de agosto. Entre duas ou três horas. Era uma quinta-feira. Dia oito. Como crônica de uma morte anunciada - aconteceu. Mais um assassinato de uma liderança no campo pernambucano. Um entre tantos naquele ano de 1963. Após passar

³³ “Paulo Roberto Pinto: dirigente trotskista”. *Frente Operária*. Op. cit., p. 3.

³⁴ Entrevista concedida por Cláudio Cavalcanti em 15/02/2010 por e-mail.

³⁵ “Última carta de Jeremias”. *Frente Operária*. Op. cit., p. 3.

³⁶ Idem, p. 3.

quase um dia inteiro junto aos trabalhadores rurais e seus familiares no distrito de Ferreiros, liderou uma assembléia na praça em frente da igreja local. Saíram então em passeata pelos engenhos da região. Cerca de 500 a 1000 pessoas, dependendo da fonte, participaram da caminhada,³⁷ dentre elas a maior parte era de mulheres com seus filhos e trabalhadores portando seus instrumentos de trabalho, reivindicando o pagamento atrasado do 13º salário. Já iam se preparando para regressar a Itambé, quando um portador do dono do engenho Oriente, José Borba, avisava que o mesmo iria pagar o 13º salário na presença de um funcionário do Ministério do Trabalho. Mas não houve qualquer pagamento ou negociação. A emboscada premeditada esperava-os para um massacre.

Engenho Oriente. Hoje pertencente à cidade de Ferreiros. Cenário ideal para uma emboscada. A estrada de terra batida segue serpenteando entre canaviais sem fim e pequenas casas esparsas. Abruptamente a estrada faz uma curva fechada e a visão abarca um conjunto bucólico. Duas porteiras, sendo a primeira menor. À esquerda da estrada um açude. Acima deste, um pouco recuada, em posição estratégica, a casa-grande. À direita, a casa do tratorista. Jeremias e uma comissão de quatro trabalhadores se adiantam. As duas porteiras estão “cruzadas”, ou seja, foram riscadas duas cruzeiras nelas. Seriam marcas da morte? Uma vez dentro delas, Jeremias e seus companheiros não saíam vivos?

Jeremias é o primeiro a entrar. Vendo o tratorista Abel armado, vira-se para a massa camponesa, abre os braços e pede paz!

O primeiro tiro acertou Jeremias pelas costas, vazando-lhe o coração e perfurando a sua carteira de identidade no bolso. Cerca de 30 capangas, dentro da casa-grande, que ficava a frente do portão, numa elevação, e, num terreno alto, à direita de quem entra, cerraram fogo contra os camponeses, que fugiam desesperados, tendo, inclusive alguns, se atirado dentro do açude. Relatos falam em quatro mortos, contando com Jeremias. O jornal “Última Hora” do dia seguinte, que serve de fonte para este relato, noticiou 13 feridos, espalhados entre os hospitais de Recife e Timbaúba. O enterro aconteceu rapidamente no dia seguinte, sem que nenhum ato político acontecesse. No mesmo dia o engenho Oriente estava ocupado pela PM, a fim de evitar a represália dos camponeses. Cinco dias depois foi realizada uma manifestação pública na praça principal de Itambé, em homenagem póstuma a Jeremias. Estiveram presentes Francisco Julião e um irmão de Jeremias vindo de São Paulo. Tal fato gerou “intranquilidade” entre os latifundiários da região, que pediram “garantias” ao Secretário de Segurança Pública, cel. Humberto Freire, em reunião na residência deste.

O governo do Estado indicou um promotor público, Dr. Murilo Barbosa da Silva, e um oficial da PM, tenente Francisco Santana, a fim de conduzirem o inquérito sobre o que ficou conhecido como a “chacina do Engenho Oriente”. As investigações correram sob uma forte pressão dos latifundiários de Itambé, que chegaram a cercar a delegacia com os seus capangas, durante um depoimento de José Borba e Oscar Veloso Borba. O inquérito chegou a indiciar 21 suspeitos, Ninguém foi preso. Durante a estadia

³⁷ A expressão “Jeremias das caminhadas” é usada atualmente por aqueles que se referem a Paulo Roberto Pinto em Itambé, quando se lembram daqueles idos tempos nos anos 60 e de suas lutas. Também há uma lógica geográfica e até mesmo política na origem da mesma, pois as distâncias percorridas por Jeremias e pelos trabalhadores rurais a pé, entre os engenhos e as usinas, nos municípios de Itambé (distritos de Serrinha, Ferreiros e Camutanga) e Pedras de Fogo (PB) durante as greves e passeatas foram significativas. Dezenas de quilômetros. As caminhadas ocorriam por dentro dos canaviais, que era uma forma de mobilizar os trabalhadores rurais na lida e burlar as milícias particulares dos latifundiários, bem como a própria polícia.

dos investigadores em Itambé, o promotor foi ameaçado de morte, aos gritos, pelos Borba na feira-livre da cidade. Após o golpe civil-militar de 1964, tanto o promotor público como o oficial foram exonerados sob a acusação de “subversão caluniosa”. Os Borba movem um processo contra os dois, acusando-os de terem pressionado as testemunhas e manipulado os depoimentos. São absolvidos por unanimidade em 1978. Os sobreviventes da chacina, em seus depoimentos, referem-se a Jeremias como – “nosso pai” e “o pai da pobreza”. Aos poucos foi se formando uma espécie de culto no túmulo de Jeremias, no pequeno cemitério de Itambé. Pouco depois, o corpo de Jeremias foi levado para São Paulo, a pedido da família. O governo estadual providenciou um caixão de metal para o traslado.

O POR-T continuou a atividade política no município com o deslocamento, para lá, de três militantes: Ayberê Ferreira de Sá, Carlos Montarroyos e Cláudio Cavalcanti, que ficam em Itambé até outubro, quando, ao convocarem o I Congresso dos Camponeses do município são presos, segundo Antônio Callado, na sua clássica reportagem sobre o governo Arraes *Tempo de Arraes*, sem qualquer ordem judicial. Na Casa de Detenção do Recife, junto a outros presos políticos, são enquadrados na Lei de Segurança Nacional, criada em 1935 pelo governo Vargas. A existência de presos políticos em um governo de esquerda gerou um desconforto grande. Aos poucos serão liberados. Mais à frente, acontece o golpe.

Recebido em 09.03.2010. Aceito em 29.03.2010.